

/ PALAVRA DO LEITOR

Quatro anos de guerra

A guerra entre Rússia e Ucrânia completou quatro anos no dia 24 de fevereiro. Doutor e mestre em Relações Internacionais pela Puc-Rio e professor do Programa de Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Fabiano Mielniczuk não vê uma resolução do conflito no curto prazo (**Jornal do Comércio**, edição de 24/02/2024). O problema para se chegar ao fim da guerra, na verdade, foram e são dois: o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky e o francês Emmanuel Macron. (*Régis Bastian*)



Quatro anos de guerra II

O professor Fabiano Mielniczuk é um especialista de peso quando o assunto é Rússia. (*Bruno Schreiner Alves*)

Conservação de rodovias

Falta de conservação e buracos são as principais preocupações em rodovias que serão concedidas no Rio Grande do Sul, segundo pesquisa (JC de 24/02/2026). A primeira ação de um governo ruim é deixar as estradas sem manutenção e criar o caos para justificar a privatização. (*Carlos Nissola*)

Atacarejos

O CEO do Grupo Passarela, Alexandre Simioni, falou durante participação no videocast Minuto Varejo sobre a abertura de atacarejos gaúchos de concorrentes em Santa Catarina, onde surgiu a rede (Youtube do JC). O cliente pertence ao mercado, quem atender melhor com valor justo leva o consumidor. (*Gilvan Teixeira*)

Nevasca em Nova York

Fui secretária da redação do Jornal do Comércio, e ver a reportagem sobre a neve em Nova York me fez pensar em como muita coisa mudou de 1993 até os dias atuais. Naquela época, não se imaginava fazer uma matéria de outro país através de um telefone celular. Parabéns pela reportagem e pelas imagens. (*Janice Saraiva Moreira*)



Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

O novo ciclo da competitividade no RS

Eduardo Estima

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul observou estados vizinhos e nações estrangeiras avançarem na atração de investimentos enquanto, internamente, o debate sobre incentivos fiscais permanecia estagnado. Durante muito tempo, o Estado desperdiçou oportunidades valiosas devido a uma postura rígida que ignorava a conta básica do desenvolvimento: o custo de renunciar uma parcela do ICMS é irrisório se comparado ao retorno gerado pela criação de novos

empregos e pelo fortalecimento de toda a cadeia produtiva no entorno, abrangendo desde a hotelaria e o turismo até os setores logístico e de infraestrutura. Esse período de resistência custou caro, mas também forjou uma característica única em nossa classe produtiva.

A transformação está em curso e a crença no potencial gaúcho é o que move os empreendedores

Os empresários e executivos que persistiram e investiram em solo gaúcho desenvolveram uma “casca grossa” que hoje os permite competir em qualquer mercado do mundo. Se o ambiente de negócios local era outrora hostil, a sobrevivência nesse cenário serviu como um treinamento para a competição global. Agora, diante de uma reforma que tende a equiparar os estados em um

cenário de alta carga tributária para todos, a disputa deixa de ser apenas fiscal para se tornar puramente estratégica. Enquanto regiões que antes dependiam exclusivamente de vantagens buscam novos atrativos, o Estado se mostra agilizado e pronto para a nova realidade.

Este fôlego renovado é visível tanto nas privatizações, que desoneraram o Tesouro Estadual, quanto na criação de iniciativas como a Invest RS. É inspirador presenciar profissionais qualificados atravessando fronteiras para prospectar negócios em polos como China, Suíça, Índia e Estados Unidos, reposicionando as qualidades da nossa terra no mapa mundial.

No âmbito regional, o Ibef-RS assume a missão de estimular o cenário econômico do Estado por meio de seus eventos, palestras e premiações, além de frentes estratégicas como o Ibef Mulher. Para 2026, o Instituto projeta o lançamento de iniciativas em parceria com o setor público, visando aprimorar a educação financeira de jovens e auxiliar executivos globais a compreenderem a profundidade da realidade gaúcha.

O objetivo final é claro: equiparar nosso ecossistema produtivo aos mais desenvolvidos do mundo. A transformação está em curso e a crença no potencial gaúcho é o que move os empreendedores, gestores e executivos de finanças, exigindo um trabalho ativo para que este futuro se consolide.

Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio Grande do Sul (Ibef-RS)

STF deve voltar para dentro da Constituição

Fernando Silveira de Oliveira

Muito além das disputas entre direita e esquerda, o debate em torno do Supremo Tribunal Federal precisa ser tratado sob perspectiva institucional. As recentes revelações envolvendo a relação de ministros da Corte com o banqueiro Daniel Vercaro, em meio às controvérsias ligadas ao Banco Master, deslocaram o foco da discussão política para o campo da confiança pública. Não se trata de condenações antecipadas, mas da constatação de que a credibilidade de uma Corte constitucional depende também da aparência de independência e distanciamento.

A proposta do presidente do Supremo, ministro Luiz Edson Fachin, de instituir um código de conduta específico para os integrantes da Corte surge como resposta necessária ao momento. Tribunais de justiça e cortes superiores já adotam regras semelhantes, inclusive para magistrados de primeiro grau. Não há novidade na iniciativa, mas sim a tentativa de alinhar o Supremo a padrões mínimos de transparência institucional. Normas claras funcionam como proteção não apenas para a sociedade, mas para os próprios ministros.

Entretanto, a discussão não pode se restringir a um conjunto de regras formais. Nos últimos anos, acumulam-se questionamentos sobre decisões monocráticas de grande alcance, intervenções em temas tipicamente legislativos e manifestações que ampliam a percepção de protagonismo político. O Supremo foi concebido como guardião da Constitui-

ção, responsável por assegurar seu cumprimento, e não como substituto do Parlamento ou agente ativo nas disputas do cenário nacional.

A legitimidade de uma Corte constitucional não decorre apenas da força jurídica de seus julgados, mas da confiança social de que seus integrantes atuam com equilíbrio, prudência e respeito aos limites institucionais. Quando surgem episódios que embaralham essa percepção, instala-se um ambiente de desconfiança que fragiliza o próprio Estado de Direito. A autoridade do Supremo é maior quando se ancora na sobriedade e na autocontenção.

Acima da política, o STF precisa reencontrar a centralidade da Constituição como seu único parâmetro. Transparência, limites bem definidos e rigor na separação dos Poderes são condições indispensáveis para restaurar a confiança pública. Um código de conduta pode representar avanço, mas será insuficiente se não vier acompanhado de postura institucional compatível com o papel que a Constituição reservou à Corte.

Advogado sócio do Jobim Advogados
Associados e vereador reeleito de Santiago

Normas claras funcionam como proteção não apenas para a sociedade, mas para os ministros